



3ATA DA 1º REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO DE 4 RECURSOS HUMANOS – CTCRH DO CONSELHO NACIONAL DE 5 ARQUIVOS – CONARQ

8Às quatorze horas do dia 14 de outubro de 2011, no Salão Nobre do Arquivo
9Nacional, reuniram-se o Presidente do CONARQ, **Prof. Jaime Antunes da**
10**Silva**, a coordenadora substituta do CONARQ, **Domícia Gomes** e os membros
11integrantes da referida Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos
12**Adriana Cox Hollós**, **Claudia Tebyriçá** e **Domícia Gomes** do CONARQ,
13**Djalma Mandu de Brito** do Arquivo Nacional, **Anna Carla Almeida Mariz**,
14**Flávio Leal da Silva** e **Ludmila dos Santos Guimarães**, da Universidade
15Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, **Giselle Cazetta** e **Sérgio**
16**Guedes de Souza**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e **Rubens**
17**Ribeiro Gonçalves da Silva**, da Universidade Federal da Bahia, UFBA, sendo
18que **Plínio dos Santos Filho** da AERPA justificou sua ausência, para tratar dos
19assuntos a seguir: **1. Abertura** - O Presidente abriu a sessão, agradecendo a
20presença de todos e dando as boas vindas aos novos membros. Em seguida,
21traçou os antecedentes da criação do CONARQ, em 1994, quando a partir de um
22diagnóstico feito pelo Arquivo Nacional, ficou demonstrada a necessidade de se
23criar as Câmaras Técnicas de Avaliação e Classificação e a de Capacitação de
24Recursos Humanos. À época, foi também identificado que o pessoal atuante nos
25serviços arquivísticos governamentais possuía uma qualificação muito baixa, e
26que muitos sequer tinham o ensino médio concluído. Chamou atenção ao fato de
27que atualmente a existência de 17 cursos de graduação em arquivologia em todo
28o país não garante a presença de profissionais graduados nos serviços
29arquivísticos governamentais. O Presidente mencionou também a realização de
30oficinas técnicas pelo CONARQ sobre os instrumentais aprovados por este
31órgão, como por exemplo, a Norma Brasileira de Descrição, NOBRADE, e o e-
32Arq Brasil, além de alguns treinamentos dados no contexto do sistema de gestão
33da administração pública federal. Enfatizou que tais iniciativas, embora eficazes,
34não foram ainda consequentes no que tange um programa de treinamento
35continuado de equipes que trabalham nos arquivos ou serviços arquivísticos
36governamentais. A fim de contextualizar os desafios da CTCRH falou sobre o
37Brasil, que nesse momento se prepara para ter uma lei de informação que impõe
38responsabilidades a todos os serviços arquivísticos governamentais em todos os
39poderes e em todos os níveis e esferas de atuação, sejam arquivos de terceira
40idade sejam arquivos correntes. Além disso, mencionou que a Presidente Dilma

41assinou recentemente uma parceria com sete países para integrar o Brasil a uma
42política de governos abertos, de dados abertos. O presidente informou ainda da
43existência de um programa em parceria com a UNESCO e de recursos para a
44retomada de uma iniciativa ocorrida nos anos de 1980, no Arquivo Nacional – o
45Estágio Nacional de Arquivos - ENA, alertando que o trabalho desenvolvido
46pela CTCRH poderá vir a ser um ingrediente a mais para essas ações. Baseada
47nesse contexto a área de gestão documental do Arquivo Nacional desenvolveu
48um trabalho para produzir um instrumental que servisse de suporte para esse
49treinamento. Por essa razão, entraram em contato com a Controladoria Geral da
50União que possui especialistas em ensino a distância e que poderiam de alguma
51maneira cooperar, inclusive com recursos do programa de capacitação de
52servidores públicos sobre a cultura da transparência. A partir daí, o Presidente
53sugeriu que, para além de se definir softwares e infraestrutura, a CTCRH refletiu
54também sobre a necessidade de desenvolver módulos com conteúdos
55pedagógicos e linguagem acessível que contemplam os temas da transparência e
56do convencimento de autoridades para a implantação de arquivos municipais,
57além de diversos outros aspectos que possam ser implantados a fim de alcançar
58um atingimento o mais amplo possível, inclusive no que tange à política
59específica do CONARQ de estimular a criação de arquivos municipais no Brasil.
60Informou ainda que a CTCRH deve contar com o apoio do CONARQ e do
61Arquivo Nacional na mediação de questões que venha a ser necessária com
62outros ministérios. Quanto ao público alvo, informou que o AN vem recebendo
63solicitações de países de língua portuguesa em África, tais como Angola e
64Timor Leste e que a despeito de algumas diferenças conceituais e normativas,
65há que se pensar também no programa de governo Sul-Sul. Por fim, para além
66de agradecer a presença e disponibilidade de todos para participar da CTCRH
67sugeriu a elaboração de um plano de ação efetivo que venha a se materializar e
68cumprir com a finalidade pela qual se destina. Em continuidade, o **Prof. Jaime**
69despediu-se de todos e **Domícia Gomes**, coordenadora substituta do CONARQ
70e membro da CTCRH falou da expectativa do CONARQ e dos arquivos
71municipais e estaduais, com relação aos cursos e eventos de capacitação que a
72CTCRH poderá demandar; 2. **Apresentação - Adriana Hollós** iniciou uma
73apresentação sobre a estrutura do CONARQ, explicitando os pontos mais
74importantes de seu regimento, incluído o da própria CTCRH. Além disso,
75apresentou também os desafios a serem enfrentados pela CTCRH incluindo
76tópicos relativos ao ENA, às oficinas técnicas, organização de seminários e do
77próprio Núcleo de Ensino a Distância. Sobre o programa de oficinas técnicas do
78CONARQ que se realiza desde 2006, **Adriana** deu voz à **Domícia** que
79apresentou o programa informando que este ano as oficinas já foram
80ministradas na Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais e Paraíba, e já
81tem programado para em 2012 atingir todos os Estados. **Domícia** relatou
82também que a equipe do CONARQ trabalhou numa cartilha para os arquivos
83municipais em 2010: esta cartilha, um manual para implantação dos arquivos

84municipais e de política municipal de arquivos, já está pronta para impressão, e
85aliada a ela foi feita a renovação do programa UNESCO que engloba as oficinas,
86focando os arquivos municipais. De 2006 a 2011, as oficinas trataram
87principalmente da divulgação NOBRADE e do e-Arq Brasil. Este ano foi
88inserida uma nova oficina sobre microfilmagem e digitalização, e para o
89próximo ano, como o foco será os arquivos municipais, as oficinas versarão
90sobre gestão de documentos, plano de classificação e tabela de temporalidade. A
91média de frequência dessas oficinas foi em torno de 200 pessoas. **Adriana**
92retomou a palavra, lembrando que a proposta é criar uma convergência dessas
93oficinas com os temas que vem sendo trabalhados no âmbito das Câmaras
94Técnicas, citando um exemplo da área de preservação onde a ideia é trabalhar
95com a questão dos acervos danificados por água, uma questão que vem sendo
96enfrentada no país todo. Outro exemplo citado foi a entrada da oficina de
97digitalização por conta de divulgar um documento que determina os requisitos
98mínimos para digitalização de acervos. Completou esclarecendo que a ideia de
99criar essa sinergia com todas as Câmaras está também presente nos propósitos
100desta Câmara. Retomando a apresentação, **Adriana** apresentou também uma
101proposta de articulação do ENA com o curso à distância, sugerindo a criação de
102um módulo presencial para aqueles participantes que além de apresentarem um
103bom desempenho no módulo teórico à distância, também possuam perfil de
104multiplicadores. **Adriana** lembrou que o ENA, uma iniciativa dos anos 80
105voltada para diretores de arquivos, conta hoje com recursos já aprovados pela
106UNESCO e, nesta articulação com a EaD, poderá contribuir para a difusão da
107cultura arquivística identificando e investindo em agentes multiplicadores em
108uma rede nacional. **Domícia** chamou a atenção para o fato de que os recursos
109são suficientes apenas para a realização do ENA no ano que vem e alertou sobre
110a necessidade de se estabelecer critérios para a concessão de bolsas aos
111participantes como, por exemplo, pertencer ao quadro permanente da instituição.
112**Adriana** ponderou que uma vez aprovada pela CTCRH tal estratégia, é possível
113fazer a captação de recursos com vistas à continuidade do ENA. **Sérgio Guedes**
114colocou uma dúvida a respeito da amplitude do programa no que diz respeito ao
115público alvo, se dirigido somente a arquivistas ou se envolveria também o
116profissional da biblioteca. **Anna Carla Mariz** esclareceu que o CONARQ é
117específico para definir a Política Nacional de Arquivos, o que não justificaria
118incluir as bibliotecas. **Adriana** observou que esta discussão é propicia para
119esclarecer o público alvo do curso que se dirigirá a pessoas atuantes na área de
120arquivos, independente de sua formação. **Flávio Leal** lembrou a necessidade de
121qualificar o profissional que trabalha em arquivo, pois uma grande parte dos
122problemas enfrentados nos arquivos, da falta de organização, da falta de leitura
123mais ampla, é decorrente da presença de profissionais que não possuem uma
124formação técnica na área, que implica num olhar diferenciado. A distinção do
125olhar desses profissionais sobre essas fontes de informação cria parte
126significativa dos problemas encontrados, continuou **Flávio**. Se no arquivo tem

127 profissionais de diferentes áreas, que esta formação técnica específica para a
128 área seja levada de maneira a dar uma certa homogeneização no procedimento
129 técnico de tratamento, sem impedir o diálogo com outras áreas, sejam elas quais
130 forem. **Adriana** prosseguiu na apresentação sugerindo que uma forma de
131 trabalhar na Câmara é criando grupos de trabalho, reunidos por determinados
132 temas, aos quais serão solicitados estudos e recomendações, que após
133 apresentados à Câmara e por ela aprovada, serão submetidos à Plenária do
134 CONARQ para aprovação. Por fim, apresentou uma proposta de conteúdos com
135 a sugestão de temas transversais tais como ética e biossegurança, por exemplo,
136 temas que não são específicos da área mas que são importantes, assim como
137 memória e cidadania, retomando o foco da cartilha para criação de arquivos
138 municipais, de forma que a EaD sirva como um catalizador, um difusor dessas
139 políticas que são elaboradas pelo CONARQ. **Flávio Leal** chamou a atenção
140 para a disciplina sobre ética, que ele ministra na graduação, considerando a
141 dimensão social dos arquivos e afirmou que quanto maior a percepção do aluno
142 quanto à importância dos arquivos maior será o investimento que o aluno fará
143 em sua formação, por isso sugeriu como estratégia que se busque também a
144 dimensão política dos arquivos de modo que o aluno se perceba como agente
145 importante no processo de mudança que se quer. **Djalma** ponderou que sobre o
146 planejamento do projeto pedagógico, os temas elencados na apresentação
147 cobririam praticamente os quatro anos de uma graduação. **Claudia Tebyriçá**
148 ponderou que os conteúdos foram sugeridos como forma de provocar a reflexão
149 sobre a complexidade desse tema, sugerindo que se deva pensar primeiro em um
150 projeto piloto e no perfil dos docentes *online* cujo papel é fundamental para o
151 sucesso de um curso; **3. Primeiras considerações - Sérgio Guedes** considerou
152 que os conteúdos elencados na apresentação servem como referência, observou
153 que a formação dos docentes *online* não precisará ser voltada especificamente à
154 conscientização na área de arquivos e sim no tocante à conscientização
155 pedagógica sobre EaD, salientando que esta é uma etapa factível no curto
156 prazo. Já no segundo estágio, que diz respeito ao desenvolvimento do curso,
157 **Sérgio** questionou a seleção de profissionais e a identificação da audiência.
158 **Domícia** argumentou que a Câmara poderá empreender campanhas, citando
159 como exemplo os casos da Paraíba, que apesar de ter duas faculdades de
160 Arquivologia não possui um arquivo estadual, e o Rio de Janeiro, que possui
161 dois cursos de Arquivologia e tanto o Arquivo Público do Estado do RJ quanto
162 o Arquivo do Município do RJ não possuem arquivistas. **Adriana** argumentou
163 que a questão crucial está no sistema de avaliação e acompanhamento das
164 atividades realizadas pelos participantes em direção ao futuro. Argumentou
165 ainda que a ausência de arquivos constituídos deve ser encarado como estímulo
166 e desafio; **4. Cooperação técnica - Rubens Ribeiro**, diretor do Instituto de
167 Ciência da Informação, ICI, da UFBA, agradeceu a coordenação do CONARQ
168 por fazer parte deste grupo e em seguida relatou uma reunião de 2010 entre ele,
169 o diretor do Arquivo Nacional, **Prof. Jaime Antunes**, a coordenadora do

170CONARQ à época, **Marilena Leite Paes** e **Adriana Hollós**, no sentido de
171buscar um aproximação da universidade com o AN e o CONARQ por conta de
172projetos desenvolvidos pelo ICI/UFBA que envolviam pesquisa na área de
173arquivos. Desta reunião resultou um acordo de cooperação técnica para
174desenvolver um ambiente virtual de aprendizagem - AVA que viesse a reunir
175informação e aprendizagem em diferentes frentes. **Rubens** apresentou uma
176proposta inicial, ainda sem título, de um acordo de cooperação técnica,
177científica e cultural, dentro dos padrões da República de acordos e convênios.
178Esclareceu que na UFBA tais ambientes AVA estão passando por uma
179reformulação de conceito, sendo repensados como ambientes de tecnologia em
180educação e educação em tecnologia. Informou também que neste ambiente,
181Moodle, estão sendo oferecidos cursos com até duzentas vagas para os docentes,
182onde foram reservadas duas vagas na próxima turma, para **Adriana** e **Claudia**,
183considerando esta como uma primeira ação de colaboração da UFBA, e que
184daqui em diante poderá reservar vagas para outros membros da Câmara, ou
185quem o CONARQ indicar. Aproveitou para questionar junto aos demais
186membros a receptividade ao Moodle, plataforma de ensino oferecida pela
187UFBA, e apresentou uma minuta de projeto onde propôs, como objetivo geral,
188desenvolver projetos e atividades voltados à implementação ou alteração do
189atual estágio de gestão, guarda e preservação de documentos arquivísticos pela
190via do treinamento de recursos humanos em AVA, como suporte para
191planejamento e desenvolvimento institucional abrangendo as áreas de ensino,
192pesquisa e extensão correlatas ao ambiente profissional dos arquivos públicos e
193da arquivologia. Lembrou que este objetivo só pode ser alcançado se se
194estabelecer parceria com esta e as demais Câmaras Técnicas, com apoio do
195CPD/UFBA, e submetendo a editais de apoio financeiro, tais como CNPQ,
196CAPES, BNDES, etc. Esclareceu que a UFBA pode oferecer toda a
197infraestrutura de hospedagem, de manutenção, *back up* de segurança dos dados e
198um grupo de pesquisa já consolidado na plataforma Lattes, coordenado por ele.
199Esclareceu ainda que com respeito aos certificados, a UFBA, pode emitir
200certificado de curso de extensão, com relação à formação de nível técnico, e
201lembrou que na reunião com o **Prof. Jaime Antunes**, foi sinalizada a
202aproximação do Arquivo Nacional com o MEC. Finalizando, **Rubens** sugeriu
203que seja definida a presidência da Câmara e que se encaminhem os convênios
204para o estabelecimento de relação formal entre todas as instituições
205representadas nesta reunião;

5. Sobre o curso - Algumas questões foram
206levantadas pelos membros da Câmara com respeito a definição do perfil do
207público e regiões a se atingir. **Djalma** lembrou que em grande parte do país, nas
208regiões norte e nordeste, o público alvo é formado basicamente de pessoas que,
209alocadas nos arquivos, muitas vezes não possuem nem segundo grau, nem tem
210conhecimento de informática, ou seja, será necessário pensar numa alternativa
211ao sistema, com material didático impresso, aulas presenciais, etc. **Rubens**
212enfatizou que o público alvo, para um projeto piloto, não deveria ser dos mais

213críticos, nem de regiões mais difíceis e que tenha acesso à rede, argumentando
214que iniciar esse trabalho pelos lugares que já disponibilizam infraestrutura
215ajudará a ganhar uma *expertise* que possibilitará dar continuidade
216posteriormente para atingir regiões e público mais complicados. **Ludmila**
217considerou que são necessárias duzentas horas de trabalho anterior para se
218preparar um curso de sessenta horas independente do número de participantes
219que se irá atingir, seja cem, duzentos ou seiscentos participantes. **Cláudia**
220sugeriu que se fizessem cursos livres que viessem ao encontro da expectativa de
221fomentar a criação de arquivos municipais. **Giselle** defendeu a necessidade de
222se preparar o projeto pedagógico, pois será deste documento que se definirá o
223design instrucional. **Sérgio** sugeriu uma ordem de ações, a saber: *ação 1*)
224formação de equipe pedagógica para desenvolver o projeto pedagógico; *ação 2*)
225enviar para o CONARQ, em sua próxima Plenária, uma recomendação para que
226se provoque, em todas as instâncias de todos os municípios, a indicação de
227pessoas com vistas a uma proposta de qualificação e que se faça um
228levantamento do que se tem nestas unidades; *ação 3*) estabelecer o perfil dos
229docentes e sua formação; *ação 4*) fazer o curso para formação dos docentes;
230*ação 5*) criar um seminário online, com três pontos a estabelecer, que funcione
231como um encontro de arquivologia sobre tendências e como forma de atração
232para se saber o que cada um está fazendo. Sobre os convênios, **Sérgio** lembrou
233que não precisam neste momento ter objeto definido. Propôs fazer um convênio
234guarda-chuva de cooperação-científico-tecnológica. **Flávio** propôs um curso de
235formação básica, dado o próprio público e por não termos a formalização de um
236diagnóstico, envolvendo questões como legislação, ética, memória social,
237cidadania, transparência administrativa, noções de classificação, descrição,
238enfim, um intensivo. Lembrou que um curso de graduação em arquivologia se
239faz em pelo menos quatro anos. Concluiu sobre o público que, em regra, deverá
240ter pelo menos o segundo grau, e preferencialmente, como estratégia, fosse
241oferecido também junto às universidades que já possuem cursos de arquivologia,
242criando no futuro, também cursos de extensão. Uma vez definido o que e quem
243vamos ensinar, continuou **Flávio**, precisaremos definir também quais seriam as
244prefeituras que queremos alcançar. Sobre a formação de tutores, argumentou que
245os alunos universitários poderiam ser formados como tutores. **Adriana** lembrou
246que em reunião anterior com o **Prof. Jaime** ficou definido que o público alvo é
247de nível médio, propôs então divulgar o curso nas redes e aguardar que as
248inscrições sejam feitas para se fazer a seleção. Sugeriu ainda que não
249deveríamos estabelecer requisitos mínimos, pois dessa forma será possível
250avaliar a demanda da área e obter dados sobre os perfis. **Ludmila** observou que
251se chegou a um consenso: vamos trabalhar preferencialmente com o pessoal dos
252municípios, temos o apoio das universidades presentes, mais a Universidade
253Aberta do Brasil, UAB, temos os pólos com a infraestrutura mínima, que tem
254ambiente Moodle e tutores que serão formados. O curso deverá ser dirigido aos
255profissionais que atuam nos arquivos públicos municipais e que tem

256minimamente formação de segundo grau e conhecimento básico de internet,
257preferencialmente nas prefeituras que tem convênio com a UAB. Sobre os temas
258principais já elencados precisaremos saber com os conteudistas o que atende de
259forma básica para este curso, para que ao final do curso o participante possa
260atuar bem em arquivo. A carga horária será estabelecida em função do conteúdo.
261Como requisitos de conhecimento de informática, sugeriu: o uso do navegador,
262conhecimento de *word*, planilha *excel* e *power point*. **Adriana** lembrou que o
263curso piloto servirá como sensor. Informou também que para o pagamento dos
264tutores, professor conteudista e programador visual, existe um pequeno fundo do
265programa da UNESCO; **6- conclusões- Adriana** comunicou que no próximo dia
26617 de novembro haverá uma reunião da Plenária do CONARQ, ocasião em que
267já teremos essa ata e uma proposta do curso a ser encaminhada e aprovada nesta
268plenária, para dar prosseguimento aos trabalhos. **Rubens** sugeriu que se comece
269a encaminhar os acordos, ele também criará uma lista na UFBA para este grupo.
270**Sérgio** propôs a formação de dois grupos de trabalho, um grupo de pedagogia
271formado por **Cláudia, Adriana, Giselle e Djalma**, e um segundo grupo para
272definir o seminário, formado por **Sérgio, Ludmilla e Flávio**. Por fim, **Adriana**
273foi eleita presidente da Câmara Técnica. **Adriana** sugeriu um mandato de dois
274anos. Foram votados e aprovados: o encaminhamento de convênios entre as
275instituições representadas, a saber: AN, UFRJ, UNIRIO, UFBA e Estado Maior
276do Exército e a formação dos dois grupos de trabalho propostos por **Sérgio** e
277suas atribuições. Ficou definido que o curso para formação dos docentes só
278poderá ser definido após a conclusão do projeto pedagógico e ficou marcada
279uma reunião, via *skype*, para o dia 3 de novembro, às 14h. O áudio desta
280próxima reunião será gravado, e disponibilizado para o grupo. Por fim, **Adriana**
281esclareceu a **Rubens** que todos os membros podem trazer convidados, pois se
282trata de uma audiência pública. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a
283reunião, e eu, **Claudia Tebyriçá**, lavrei e assinei a presente ata.

284

285